



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0011348-73.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Pagamento em Consignação**  
 Exeqüente: **Roca Administradora de Imóvel Ltda.**  
 Executado: **Paula Andrade Cavalheiro Ribeiro e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por **Richard Ribeiro** nos autos de cumprimento de sentença para cobrança de custas processuais e honorários de sucumbência que lhe move **Roca Administradora de Imóveis Ltda.**

Aduz haver excesso, com o que não concorda a impugnada que afirmando estar correto seu cálculo. Afirma haver apenas uma diferença de R\$ 90,09 que pagará tão logo julgada essa impugnação.

Com isso não concorda o impugnado que diz não haver *bis in idem* uma vez que os valores cobrados são divididos para cada parte executada, dado que a exequente Paula recorreu da r. sentença e o executado Richard não. O que se pretende com a presente impugnação é isentar o executado Richard do pagamento das custas e dos honorários, o que não se deve admitir, uma vez que este contestou a demanda e perdeu a ação, devendo arcar com os pagamentos da condenação.

É uma síntese do necessário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Decido.

Assiste razão ao impugnante quanto ao alegado excesso de execução.

A sentença proferida em 13 de dezembro de 2016 condenou **solidariamente** os réus Richard Ribeiro e Paula Andrade Cavalheiro Ribeiro ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono da autora, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

A situação era, então, a seguinte, Paula e Richard deviam 10% de honorários. Em princípio, cada um deles devia 5% de honorários (presumem-se iguais, no débito, as partes dos codevedores, art. 283, parte final, Código Civil).

Interposto recurso pela corré Paula, em 2ª Instância os honorários advocatícios foram aumentados para ela em 10%, chegando a 20%. Recurso interposto apenas por ela, não pode prejudicar quem não recorreu, sob pena de *reformatio in pejus* indireta.

Ao serem majorados para 20%, depreende-se que Paula ficou responsável por 15% e Richard 5%. Pagando Paula todo o valor, o credor não pode exigir nada mais a esse título de Richard.

Paula, por sua vez, pode cobrar a cota parte do codevedor solidário (questão de solidariedade interna).

Nesse sentido as notas de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery: "Se for reconhecida a responsabilidade solidária dos litisconsortes relativamente à pretensão deduzida em juízo (principal), devem ser condenados solidariamente nos honorários de advogado (secundário), que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

são decorrência daquela (Barbi, *coment.*, n. 206, p. 153)".

E, ainda:

"Quando os devedores são condenados por responsabilidade solidária, essa solidariedade se estende aos honorários de advogado, cuja totalidade pode ser exigida de apenas um dos co-devedores (JTACivSP 105/74).

Os honorários foram aumentados em grau recursal para 20% e integralmente quitados pela recorrente que, em tese pode agora cobrar a parcela do seu devedor solidário, o que é, repita-se, questão de solidariedade interna a ser dirimida entre os codevedores.

Destarte, julgo procedente a impugnação para reconhecer excesso na cobrança e prosseguir o cumprimento de sentença pelo saldo devedor das custas, mas sem cobrança de honorários advocatícios que já foram quitados em sua integralidade por Paula.

Dado o princípio da causalidade, arbitro honorários advocatícios em favor do impugnante em R\$ 500,00.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 14 de março de 2018.

**Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**